



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS FLORESTAIS, AGRÍCOLAS E DO
AMBIENTE

Jornadas *A Floresta em debate*

Auditório do Espaço Monsanto, Parque Florestal em Lisboa

28/29 de Maio 09

Um Balanço para o Futuro

Numa altura de crise evidente na economia nacional, a **ANEFA** organizou as **Jornadas A Floresta em debate**, uma reflexão profunda ao estado actual do sector.

Com uma ocupação de cerca de **38% do território nacional**, a **floresta portuguesa** tende a ser apenas notícia na época dos fogos, pelo que se torna urgente a tomada de consciência de que este é um **sector em que importa realçar a quantidade de postos de trabalho associados, a contribuição para o PIB nacional, o seu papel no combate à desertificação e o seu valor ambiental e social.**

O cluster florestal representa 5,3% do VAB total da economia, 14% do PIB industrial, 9% do emprego industrial, 12% do total das exportações nacionais. Só a indústria da transformação representa em Portugal o equivalente a 98 "Qimondas", números que não podemos ignorar e aos quais se juntam os cerca de **400.000 proprietários florestais** e os **160.000 postos de trabalho**, correspondentes a **3% da população activa.**

Sustentabilidade e Clima

A floresta portuguesa tem hoje **dois grandes inimigos**: a **falta de sustentabilidade** e as **alterações climáticas**, que poderão, a curto prazo, conduzir a um declínio do sector.

O **Fundo Florestal Permanente (FFP)** teria aqui um papel preponderante, mas o balanço de quatro anos de existência e **mais de 100 milhões de euros arrecadados** levanta a pergunta de **quantos hectares de floresta foram tratados ou plantados com o dinheiro gerado através deste fundo.** Contas feitas, se direccionado para arborização e prevenção, representaria a criação de mais de **6.000 postos de trabalho directos** e permanentes nas zonas rurais, a plantação de **72 milhões de árvores**, a florestação de **60.000 hectares**, a limpeza preventiva de **140.000 hectares** e uma **receita para o Estado** de mais de **22,5 milhões de euros** de contribuição TSU, IRS e IRC. Mas para que serve, afinal, o **FFP**?

A existência de **Quadros Comunitários** poderia constituir outra das soluções, mas o **ProDeR – Programa de Desenvolvimento Rural** tem-se apresentado como **a pior versão conhecida até hoje dos quadros de apoio**, ignorando intervenientes e culminando num sistema fechado, cuja aplicação nada tem a ver com a realidade agrícola e florestal do país.

Assim, aquele que se entendia como instrumento estratégico e financeiro, para o período entre 2007-2013, verte-se em processos informáticos rígidos e complexos, e **apenas em 2008 viu regulamentadas as medidas florestais**, com a abertura dos primeiros concursos. No primeiro semestre de 2009, iniciou-se o período de decisões e contratações, no entanto, espera-se ainda

para o corrente ano, a abertura de novos concursos. Sabe-se, hoje, que no enquadramento dessas medidas, o maior número de pedidos de apoio verificou-se na *Melhoria produtiva dos povoamentos* e que a **Região Centro apresenta o maior número de pedidos de apoio**, com excepção dos relativos à *Protecção contra Agentes Bióticos Nocivos e Recuperação do Potencial Produtivo* que incidem, principalmente, no Alentejo e em Lisboa e Vale do Tejo. **No entanto, dois anos e meio após o início do 4º Quadro Comunitário, é de lamentar que apenas existam dados sobre pedidos de apoio, sem que no entanto, nenhum projecto tenha sido já aprovado**, pondo em causa o desenvolvimento e o investimento no sector.

Financiamento e Investimento

Perante esta situação, **seria sensato apoiar o gestor e incentivar o investimento na floresta** mas, contrariamente ao expectável, surgem mais entraves ao acesso ao financiamento para o sector, como por exemplo, a obrigação de apresentação do Plano de Gestão Florestal previamente à data da candidatura. Para o sector, os **Planos de Gestão Florestal (PGF)** têm enquadramento na **Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)**, no **Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI)** e nos **Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)**, e deverão constituir uma *ferramenta para o proprietário garantir à perpetuidade a produção ou manutenção de produtos e serviços ambientais, económicos ou sociais dos espaços florestais a seu cargo*. Mas, uma vez mais, o sistema falha, já que parte dos elementos necessários à elaboração de um PGF não estão disponíveis, sendo que o actual Decreto-Lei (nº16/2009 de 14 de Janeiro) remete para normas técnicas de elaboração definidas e publicitadas pela AFN e, até à data, não há qualquer conteúdo apresentado, sendo a consequência imediata o **número significativo de PGF ainda em análise (mais de 350) e apenas cerca de 5% de documentos já aprovados**.

Numa altura em que se reclama uma gestão florestal sustentável e tanto se fala em certificação florestal, a produtividade aparece como uma mais-valia para todos os agentes da fileira, produtores, prestadores de serviço e industriais. No entanto, a complexidade da legislação florestal é, talvez, um dos maiores constrangimentos do sector, favorecendo o não cumprimento sistemático por parte dos proprietários, acompanhado de um sistema fiscal que não estimula a florestação, nem sequer a gestão dos espaços, aumentando o risco de incêndios e contribuindo para o abandono dos terrenos florestais. Prova disso é o **novo Código Florestal** que, não vertendo a opinião dos agentes do sector, **apenas se traduz num conjunto de leis de carácter penalizador**, ao invés da vertente de incentivo que deveria transparecer.

A manutenção da biodiversidade, a capacidade regenerativa, a vitalidade dos povoamentos, o aumento da eficácia e eficiência das operações e o aumento da rentabilidade das actividades florestais são, assim, alguns dos desafios às soluções técnicas para o desenvolvimento da floresta que, ao longo dos últimos anos, tem apresentado um recuo significativo. É de realçar que, com excepção do sobreiro, a **floresta regrediu entre 1995 e 2006 cerca de 11%**, 10 anos que representam **uma redução de 32% do volume** e de **27% da área, só para o caso do pinho**.

É inevitável falar em desafios e em floresta sem falar de pragas e doenças. O **Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP)** é, talvez, o mais mediático de todos. No entanto, assistimos ao aparecimento de novas doenças que colocam, mais uma vez, em causa a sustentabilidade da

floresta. É o caso do **Cancro Resinoso do Pinheiro**, que surge numa altura em que a fileira do pinho em Portugal se encontra já comprometida.

Pragas, Doenças e Reflorestação

Na tentativa de controlo destas pragas e doenças, surgem agora modelos de actuação como, por exemplo, a instalação de armadilhas para monitorização do insecto vector do NMP, prática que a **ANEFA** adoptou como ensaio experimental. No entanto, não se pode simplesmente ignorar que sendo o **volume de pinho**, em Portugal Continental, de **67,1 milhões de m³**, e tendo **por base 4% de amostras positivas** para o NMP (dados avançados em 2008), **resulta em 2,68 milhões de m³ de madeira infectada em Portugal**. A este valor, que equivale a uma **perda de 40 milhões de euros** e de **11.000 hectares de pinheiro bravo** (considerando uma produção normal de povoamentos a metade do termo de exploração), está subjacente cerca de **16,5 milhões de euros necessários para reflorestação**, com um **esforço logístico no mínimo de 33.000 horas de máquina, 44.000 jornas de pessoal** e cerca de **14 milhões de plantas**.

A **ANEFA** apresentou uma proposta que incidia no consumo primordial da madeira infectada, por parte da indústria, ou seja, **2,68 milhões de m³**, que seriam processados em cerca de 7 meses. Até hoje, essa **proposta não mereceu qualquer atenção por parte das entidades competentes** e em alternativa, **foi entregue 8 milhões de euros** às cooperativas, estruturas de baldios, entidades de investigação e desenvolvimento e a associações de produtores florestais, sem que sequer tivesse sido convenientemente definida a área geográfica de actuação de cada uma delas e os objectivos a que tal verba foi destinada. O resultado está à vista, **a madeira baixou praticamente 23 %**, as empresas de exploração florestal e a indústria **não deram prioridade à madeira afectada** e o **risco de propagação da praga aumenta exponencialmente**.

A esta problemática junta-se os **incêndios florestais**, reveladores de números impressionantes como os **1.375.000 hectares que arderam, de 2000 a 2005**, sendo que, só **em 2003**, dos **420.000 hectares queimados, 281.000 hectares foram de floresta**. Nesse ano, foram então criados os chamados **parques de recepção de madeira queimada**, com um **custo de 800.000 euros**, a que se adiciona um custo de **700.000 euros de aquisição de madeira** (25 euros líquidos, por tonelada de pinho acima de 7 cm), com um **prejuízo directo** de, aproximadamente, **576.000 euros**. Seis anos depois e feitas as contas, sabe-se que entrou no circuito estabelecido apenas 1% da madeira de pinho queimada nesse ano, colocando em causa toda a estratégia e principalmente, todo o investimento. Não é pois de estranhar que ainda hoje exista madeira desses fogos por abater, significando que as áreas não foram libertadas para reflorestação.

As questões que então se colocam são:

O que ganha o sector florestal com este procedimento?

O que ganha o país com esta forma de actuação?

Por todos estes motivos, a **ANEFA** acredita que o debate constituiu uma reflexão sobre o sector florestal, considerando-se urgente um ponto de viragem, com o apoio de todos, produtores, prestadores de serviços, indústria e Estado. Este é um alerta aos grandes desafios para a actual geração de florestais e sociedade em geral. Uma conjugação de interesses, uma liderança forte, uma coordenação de esforços por um bem comum, a floresta.